

SOCIEDADE CIVIL E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O campo dos DH abrange hoje uma infinidade de dimensões. Consultar o programa deste Seminário, por exemplo, dá uma ideia da diversidade e amplitude dos temas deste campo. Em torno desse núcleo, além de indivíduos e grupos militantes, também existe hoje um aparato institucional, formado por entidades e organismos nacionais e supranacionais, sustentados e justificados por legislações, tratados, protocolos e convênios. Vinculado à ONU já existe, inclusive, um programa de defesa dos Defensores de DH.

Frente a esse quadro de multiplicidade e de institucionalização, como fio condutor para alinhar as idéias sobre o tema desta Mesa, gostaria de recuperar uma frase curta e simples que ancora, forma a base, de todas essas ramificações. A frase é o artigo 1º da Declaração Universal dos DH: **"Todos os homens nascem livres, iguais em dignidade e direitos, e dotados como estão em razão e consciência, devem comportar-se fraternalmente uns com os outros"**

O artigo menciona os homens "como dotados de razão e consciência" e essa **consciência** chega a cada um através de um processo social, através dos outros, nas interações, idas e voltas da participação na vida cotidiana. Não é inata, vai sendo constituída. É por esse caminho que aprendemos a "ser humanos". Também por essa via, da reflexão, é que podemos superar a neblina que obscurece o reconhecimento do humano no outro, no diferente.

"Ninguém é mais ou menos humano do que o outro, ninguém tem mais ou menos direitos do que outros". Esse artigo da Declaração foi escrito já fazem agora mais de 50 anos. Ele pode nos levar mais longe ainda quando aí reconhecemos palavras de ordem gritadas há mais de 2 séculos. Sintetizava, então, o ideário de um grande movimento civil que reverberou pelo mundo na época, e pelo tempo até nós: o lema da Revolução Francesa de 1789, "Liberdade, Igualdade, Fraternidade". Essa reivindicação nasceu de um momento de conflagração, no qual uma sociedade se mobilizou contra a opressão de um poder absolutista. Séculos depois, no contexto de outra crise da humanidade, a recém criada ONU e os países que endossaram a Declaração de 1948, endossaram e amplificaram aqueles ideais como síntese acumulada da consciência coletiva, fruto de lutas históricas dos grupos sociais. Expressaram sua convicção de assim reconhecer o essencial da consciência moral da humanidade, numa afirmação contra regimes totalitários e o uso indiscriminado da força e da violência.

No Brasil recente, a luta por DH foi o germe, o brotar da reação contra uma ditadura de chumbo é a tortura. A partir dessa luta multiplicaram-se movimentos de resistência originados em outros pontos e por outras vozes, e surgem movimentos sociais que se organizam em torno de acesso aos equipamentos urbanos como água, luz, transporte, moradia, saúde, e outros. Inspirados na luta pelos DH, sem deixar de se ocupar da defesa dos direitos civis e políticos e de denúncias, esses movimentos passam a se preocupar com direitos sociais, econômicos e culturais, e também em implementar um projeto de construção democrática.

Com a passagem para a democracia, diferenciam-se ainda mais os direitos mobilizadores da cidadania, surgem novos movimentos sociais, portadores de reivindicações específicas - como as de mulheres, negros, pessoas portadoras de deficiência ou de terceira idade. São reconhecidos como interlocutores pelo Estado que cria canais específicos para absorver suas demandas. Todas estas foram lutas sociais que depois adquirem feição institucional. E emerge a temática, e os debates, sobre a Igualdade e as diferenças. Como reconhecer essa

igualdade em meio às diferenças? Como, reconhecendo a igualdade, afirmar aquelas identidades? Como divergir sem desunir?

A idéia da humanidade única ou una, abrangendo a todos os homens igualmente, tem verso e reverso. A idéia de humanidade como conjunto - não mais como família, tribo, nação, mas como espécie - ganha impulso no século passado, quando o planeta fotografado revelou-se azul e pequeno. Quando as contribuições da ecologia e os avanços do ambientalismo revelam a teia de relações e dependências que nos envolve na fina crosta desse planeta. E como os chamados "problemas globais" - ligados a clima, oceanos, e a água doce. entre outros, podem ameaçar a sobrevivência de todos sem distinções. Essa humanidade única também é interpretada, como a humanidade "globalizada".

A globalização da humanidade é uma realidade no sentido do Mercado, que hoje dá a pauta, determina a conduta e o pensar dos homens. O planeta ficou pequeno, a "globalização" econômica, desloca enormes contingentes de pessoas, espaços são ocupados e contatos se intensificam, desigualdades se acentuam e se tornam visíveis. Surgem motivos para disputas e conflitos, surge o conhecimento e a estranheza pelo que é "diferente". O que desencadeia a insegurança, o afastamento e o fechamento em grupos hostis. É difícil ainda a percepção de que só existe uma humanidade, todos tem a mesma dignidade, de que ninguém é mais ou menos humano.

Hoje vivemos tempos de crise. Como agir, partindo das premissas dos DH, no tempo e mundo de hoje, de mais uma crise enfrentada pela humanidade? Significa ir na contracorrente do consumismo, do ceticismo, denunciar injustiças, tudo que escraviza e humilha porque tira a liberdade e a dignidade. Significa, propor alternativas à pregação da violência como solução de dificuldades, manifestar-s e fazer opções baseadas numa razão maior que escapa do imediatismo, das soluções de curto prazo.

A sociedade civil, atravessada pelos conflitos e controvérsias presentes na sociedade, é dispersa e fragmentada. As desigualdades, exclusão e violência geram desesperança e anomia. Tendências autoritárias e repressivas também ganham espaço e poder em tempos de crise. Em cada vez mais numerosos locais, sejam nações, sejam "bolsões" , como se diz, de uma cidade ou país, novas gerações estão crescendo dentro de um espaço onde as redes de confiabilidade social e convívio saudável estão frágeis. Estão sendo profundamente desrespeitadas em sua dignidade humana e feridas em seus direitos básicos de existência. Isto ameaça a própria organização vital da sociedade. Esta situação se agrava dia após dia e vamos nos acostumando lentamente a ela, como se fosse um mal degenerativo sem remédio. O desalento, o sentimento de impotência, e a apatia, vão ganhando adeptos, e logo imobilizam.

Voltando ao artigo 1º, na sua continuação vemos a razão e a consciência complementadas pela fraternidade - "os homens devem comportar-se fraternalmente". Não é só o pensamento-razão que está envolvido, **fraternidade** é ter um laço, é uma atitude, um compromisso.

Para enfrentar a crise, em lugar de se ancorar os pontos de vista no medo e no irracional, temos que nos basear na razão do entendimento, ampliada pela fraternidade que inclui a escuta, a troca, o diálogo, o compromisso. Temos que desenvolver a capacidade de deslocamento dos pontos de vista, procurando compreender o outro, antes de julgá-lo, excluí-lo ou mesmo ignorá-lo. E compartilhar o esforço intelectual e afetivo de compreender a Sociedade em que vivemos para poder transformá-la.

No exercício da cidadania temos de buscar alcançar uma consciência da alteridade, do outro. Gerar situações que pedem a experiência de valores como escuta, respeito, tolerância e valorização de diferenças, cooperação e consenso. Fazer de si um ser humano, reconhecer no outro a sua humanidade, e assim o direito aos mesmos direitos - é um processo contínuo, de esforço, longo, ao longo da vida, uma auto- educação permanente. Esta educação não está referida à escola, a um ensino formal, ela é feita no dia a dia - ao fazer opções, dar respostas, escolher caminhos, - tanto nos micros como nos macro eventos. Desdobra-se na esfera da vida em sociedade.

Como ensinava Gandhi, a perpetuação de um regime ou situação injusta depende de cooperação, consentimento, por parte de um povo, um grupo ou pessoa. A via para mudar é auto-educar-se. Auto-educar-se é não cooperar com a injustiça, não cooperar com a indignidade, não cooperar com a humilhação. Criar células de resistência não-violenta, fortalecer-se e logo denunciar publicamente a iniquidade, convencer e tornar o adversário um aliado.

Trabalhar nessa área é partir de convicções profundas e militantes de que é necessário construir, a partir do cotidiano, uma cultura de DH que afete as mentalidades em profundidade, e criar novas práticas sociais. Nesse sentido o papel da educação é fundamental. Nossa luta é por propiciar o máximo de instrumentos que visem ao amadurecimento pessoal e coletivo. Essa luta será constante. Fazer com que ela seja travada na esfera da educação e não das guerras é o desafio maior para nossa civilização.

Falamos de uma utopia? Genocídios e massacres, violências, continuam acontecendo, a história do homem - tanto a biográfica como a coletiva - não é um processo linear, ascendente, mas feita de ciclos, progressos e retrocessos. Na medida em que as tendências contrárias ao ideário dos DH vão estar sempre presentes, porque também elas são constitutivas da natureza do homem - e hoje, mais ainda, estão na crista da onda - podemos dizer que esse ideário é, sempre será, uma utopia, um local ou uma humanidade a realizar, construir, favorecer. Utopia no sentido de um horizonte, uma direção, para nortear (ou sulcar) nossa conduta. E, no enfrentamento de qualquer situação, tentar reconhecer onde reside a humanidade tal como define aquele artigo. Um ideário que pode ser utopia, mas não teoria. Tem que ser uma prática, ser vivido no dia a dia, manifestar-se em ato e atitude, levar a compromissos concretos.

Direitos têm que Ser Vividos.

O desafio para os que militam especificamente **em Educar para os DH**, é descobrir como tocar a sensibilidade de cada um para superar as atitudes de egoísmo, individualismo, indiferença. E também não só dar a conhecer e lutar por seus direitos, mas sobretudo, defender os direitos daqueles que não são reconhecidos como iguais. E sempre com a clareza de que é impossível, dentro de um mundo internacionalmente injusto, aplicar harmoniosamente os preceitos dos DH sem nenhuma perda, ganhando todos. Assegurar os direitos de alguns, deles excluídos, implica afetar poder e privilégios dos que se beneficiam com esta situação. Nesse sentido a educação em direitos não é neutra, incomoda, traz desconforto aos acomodados, e traz ameaças, e as vezes morte, para seus defensores. Educação em Direitos Humanos é uma tarefa de todos, nas escolas, universidades, nas agremiações, sindicatos, comunidades, associações esportivas, religiosa, etc. EDH deve criar um estado de espírito um modo de ser - sua meta é a formação de sujeitos sociais ativos.

Este mês está sendo divulgado o PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. Ele é o resultado de reflexões, estudos e consultas com grupos sociais de todo o Brasil. E deve ser uma tarefa da sociedade, não apenas uma política do Estado. É uma proposta de ação que deve ser enriquecida com as sugestões de todos. Este Seminário é uma oportunidade para isso.

Margarida Genevois



www.dhnet.org.br